

---

**ESPECIAL**

*Um balanço dos “500 anos”: uma entrevista com  
Caio César Boschi*

Entrevistador: Renato Pinto Venâncio  
Dep. História - UFOP

*1) Gostaria de começar esta entrevista com uma provocação: para você, qual é a importância da comemoração de efemérides, como a relativa aos quinhentos anos do “descobrimento” do Brasil?*

Como sabemos, a comemoração de efemérides é uma constante na vida dos povos e das nações e deve ser sempre a ocasião para se refletir sobre a realidade do presente, oportunidade para colocarmos em discussão as questões que nos afligem como corpo social. O cuidado a ter, portanto, é o de não nos deixarmos enredar pelo traço de conservantismo social de que se reveste esse gênero de eventos, intrinsecamente marcados por uma perspectiva passadista e diversionista que procura escamotear ou minimizar os conflitos e as tensões sociais de que somos partícipes. Por isso mesmo, sou dos que defendem a realização desse tipo de evento. Todavia, cumpre observar, – e lastimar –, que tais comemorações são automaticamente apropriadas e manipuladas pelos governantes, sem que haja um contraponto ostensivo por parte da sociedade civil, inclusive do seu segmento acadêmico-científico. Repare, por exemplo, que as comemorações dos 500 Anos seriam um excelente ensejo para a comunidade acadêmica estimular e realizar, à exaustão, entre nós, debates em torno de questões como, dentre outras, a cidadania, a identidade nacional e a exclusão social no Brasil dos nossos dias.

2) Segundo seu ponto de vista, qual foi, em Portugal, o significado da comemoração dos 500 anos ?

Na minha avaliação, Portugal desenvolveu com competência e profissionalismo a proposta que cuidadosamente foi preparando ao longo dos anos, ajustando-a a um cronograma de execução próprio. Ou seja, na ótica portuguesa, a questão dos 500 Anos tinha dimensão muitíssimo mais abrangente do que a simples comemoração do quinto centenário da viagem de Pedro Álvares Cabral. Na verdade, desde 1986, foi constituída naquele país uma Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses que, gozando de autonomia administrativa e financeira e tendo a felicidade de ter à sua frente intelectuais de renomado prestígio e lucidez, como, por exemplo, os historiadores António Manuel Hespanha e Joaquim Romero Magalhães vem, implementando vasto e diversificado programa de ações. Com isso, quero dizer que, no deliberado intuito de conferir maior legitimidade à sua atual condição histórica, Portugal realmente se preparou para enaltecer o período áureo de sua História no momento (o atual) em que o País assume, de forma contundente, sua vocação nitidamente europeísta. Nesse sentido, conscientes de seu papel e de sua condição periférica, tanto no contexto internacional como também em relação à própria União Européia, os portugueses utilizaram-se das referidas comemorações, dentre outras justificativas, para, tanto no plano interno, como perante os demais países, anunciarem-se como uma espécie de criadores e de espaço epicêntrico do Mundo Moderno. Assim, fica evidente, desde sempre, ainda que não necessariamente explicitada, a perspectiva eurocêntrica e hegemônica que permeou a proposta a que me refiro. Por vezes, nas atividades desenvolvidas pela referida Comissão não era difícil identificar a postura neocolonizadora dos organizadores de exposições, atitude que se estendia também à *mídia*. (ex: o tão disseminado e equivocado conceito de *Construção* do Brasil). Em suma, na perspectiva dos portugueses, as comemorações dos 500 Anos tinham lógica e estrutura próprias. Cabia-nos, então, a nós brasileiros, discernir essa lógica e nos contrapormos a ela. Nesse caso, por exemplo, um bom começo teria sido combater a falaciosa e hipócrita retórica da

fraternidade luso-brasileira, denunciando a discriminação, as humilhações e os preconceitos que os brasileiros, em geral, vimos sofrendo em Portugal, por força da opção europeísta deste. E, (ou também) discutir o que significa e quais os reflexos da atual inversão no fluxo migratório entre os dois países. Não me cansarei de afirmar que este teria sido um momento privilegiado para brasileiros e portugueses identificarem e explicitamos nossas diferenças, como forma de colocar em xeque a tão propalada afinidade entre os dois países. Ou ainda a oportunidade para analisar o significado de Portugal ser hoje, no Brasil, o terceiro maior investidor estrangeiro. Enfim, haveria muito que debater, à luz de uma perspectiva contemporânea das comemorações históricas.

*3) A impressão que se tem é de que a historiografia oficial portuguesa tem mais orgulho dos feitos de Vasco da Gama do que os de Pedro Álvares Cabral... Você concorda ?*

Concordo. É necessário, ainda que sucintamente, apontar algumas razões que expliquem tal preferência. Creio ser absolutamente consensual o fato de os Descobrimentos Portugueses terem revolucionado a História. Esta só se torna efetivamente universal a partir dessa gesta extraordinária de Portugal. No entanto, o vasto império daí advindo não tinha homogeneidade no que respeita às diretrizes de sua exploração colonial. Nessa medida, foi o Oriente, e, sobretudo, o sul da Índia que não só, desde o primeiro momento, exerceu maior poder de sedução sobre os navegadores, os comerciantes e a realeza lusitanas, como foi de lá que emanaram os extraordinários lucros que transformaram Portugal, em particular na primeira metade do século XVI, em Estado hegemônico no contexto europeu da época. Desde sempre, repito, a Índia, como já se vulgarizou dizer, tornou-se a jóia da Coroa do Império português, não obstante os propalados lucros comerciais ali auferidos pelos portugueses terem-se restringido a um período relativamente curto. Seja como for, o fascínio parece nunca ter-se esmaecido. Mesmo quando, ainda no século XVI, a inversão tornou-se notória, isto é, quando as vantagens do pacto colonial se deslocaram do Índico para o Atlântico e o Brasil adquiriu posição nuclear no conjunto do

Império, a Índia manteve o seu fascínio sobre os portugueses. A meu ver, tal constatação se estende à historiografia. O que se nota é que, ao longo do tempo, no universo de análise do extenso império colonial os estudiosos portugueses se dedicaram com maior afinco à História daquela região. Permita-me observar, todavia, que grande parte da literatura especializada sobre essa temática não é produzida por portugueses, mas sim por estrangeiros. Se a referência ao inglês Charles R. Boxer é incontornável, lembrando aqui também recentes estudos de A. J. R. Russell-Wood, cabe realçar a significativa contribuição da historiografia indiana contemporânea especializada na temática, representada, por exemplo, por Sanjay Subrahmanyam ou por Kirti Chaudhuri. Por oportuno, lembre-se aqui a forte e ostensiva refração manifestada, em 1998, pelos indianos relativamente às propostas portuguesas de comemorações conjuntas dos 500 anos sobre a viagem de Vasco da Gama. Manifestações nada pacíficas e hostilidades explícitas feriram fortemente os brios dos portugueses, gerando inclusive incidentes de natureza diplomática, que, à época, causaram indignação na sociedade portuguesa e foram muito explorados pela imprensa local.

3) *Quais são os interesses, nos meios acadêmicos portugueses, pela história do Brasil colonial?*

Têm sido relativamente expressivos, mormente nos últimos quinze anos. Em termos quantitativos, é inegável o crescente aumento da produção historiográfica portuguesa sobre temas brasileiros. Esse crescimento se deve, em grande parte, ao advento de cursos de Mestrado com ênfase ou com área de concentração em História do Brasil ou em Expansão Portuguesa. A considerar, no entanto, que tais estudos não alcançam o prestígio de que desfrutam os de Literatura Brasileira nas universidades portuguesas, onde, em pelo menos três das instituições públicas de maior renome, há cátedras específicas dessa disciplina. Sem falar que os Centros de Estudos Brasileiros nelas instalados há décadas são dirigidos exclusivamente por professores de Literatura Brasileira. Em outra direção, é de se supor e desejar que os resultados materiais do *Projeto Resgate* venham a estimular e a incrementar pesquisas de

portugueses sobre a História do nosso país, inclusive, quem sabe, para quebrar o abominável traço etnocêntrico que caracteriza a grande parte da produção que até agora foi levada a efeito, na qual, por vezes, como se pode perceber pelo traiçoeiro aparato conceitual utilizado, ainda subjaz uma anacrônica postura colonizadora.

*4) Quais são as possibilidades de intercâmbio entre universidades brasileiras e portuguesas?*

São boas, mas, infelizmente, não tenho visão otimista dessas possibilidades, no que respeita ao âmbito institucional. O intercâmbio de docentes não é fato recente, como pode parecer. Particularmente em relação às universidades paulistas, há anos que elas mantêm em seus departamentos de História professores portugueses, alguns dos quais se situam em lugar superior da historiografia de Portugal, como foi o caso da marcante e influente presença de Joaquim Barradas de Carvalho na USP. Vários são os professores portugueses que, ultimamente, se deslocam ao Brasil a convite de nossas instituições universitárias, com predominância, insisto, das universidades de São Paulo. A recíproca não tem sido absolutamente verdadeira. Não são tantos os historiadores brasileiros que são sistemática e regularmente convidados a ministrar cursos em Portugal. Ademais, o que se observa é que, não obstante a celebração de incontáveis acordos culturais, a maioria dos convites ainda se faz de maneira informal, dirigida e personalizada. Em outras palavras, praticamente inexistem ações de intercâmbios que se desenvolvem ao abrigo de projetos interinstitucionais. Tenho avaliação um tanto severa desse quadro: de um lado, a par de louváveis exceções, não há grande interesse dos historiadores portugueses pela História de nosso país. Penso que os portugueses precisam conscientizar-se mais sobre o amplo quadro de uma historiografia brasileira de relevante qualidade científica. É sintomático, nesse sentido, que a obra mais significativa a respeito da Expansão Portuguesa elaborada oportunamente naquele país para coincidir com as comemorações dos 500 Anos, cuja publicação em Portugal, na primeira edição, ultrapassou a extraordinária soma de 50.000 coleções vendidas, pouco ecoou no Brasil e, embora reunindo considerável número de

autores convidados, incorporou apenas um brasileiro. O inverso parece-me também verdadeiro. Quantos são os professores universitários brasileiros que se dedicam ou mesmo que conheçam bem a História de Portugal, abstração feita, por razões óbvias, à daquele período que estuda a colonização portuguesa na América do Sul? Além disso, o que noto é que se trata de duas concepções historiográficas distintas, de duas percepções diferentes, que funcionam em ritmos próprios no que seja o *fazer História*. É bem verdade que, daqui ou d'acólá, esboçam-se atividades ou eventos que procuram alterar esse quadro. Mas, lamentavelmente, julgo que são iniciativas tímidas ou inconsistentes para, a curto prazo, proceder a mudança significativa desse panorama. Por mais que se anuncie, e a mim pessoalmente é doloroso constatar, não há *efetivos* e substanciosos diálogos historiográficos entre instituições universitárias do Brasil e de Portugal. Alvissareiramente, no entanto, em particular na jovem historiografia portuguesa, composta por profissionais cosmopolitas e arejados, nem sempre (contraditória, mas compreensivelmente) integrantes dos departamentos universitários de História, esboça-se uma tendência e reverter essa situação. Oxalá que ela se consolide e que venha a ganhar impulso, para nossa satisfação e pelos ganhos recíprocos que certamente proporcionará. E também para que esforços de aproximação e intercâmbio como os que são/foram promovidos, nos últimos anos, por exemplo, pelos professores Eugénio dos Santos e Luís A. Oliveira Ramos (Porto), Joaquim Veríssimo Serrão (Lisboa), Luís Reis Torgal e Joaquim Romero Magalhães (Coimbra) possam ter frutos mais vigorosos e criar sucessores.

*5) Em relação ao período colonial, quais temas você sugeriria a um jovem pesquisador interessado em explorar os arquivos portugueses ?*

As sugestões poderiam ser as mais abrangentes possíveis. Fica difícil elaborar uma listagem, dentre outras razões porque os referidos acervos arquivísticos ainda não foram totalmente identificados quanto aos seus conteúdos intrínsecos. Porém, tenho sempre insistido no fato de que os pesquisadores da História do Brasil em Portugal concentram suas atenções, de forma obcecada,

em, principalmente, quatro núcleos: o Arquivo Histórico Ultramarino, a Torre do Tombo, a Seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa e a Seção de Manuscritos da Biblioteca da Ajuda. Não há dúvida de que são esses os destinos corretos. Assinalo, com alegria, que, neste ano de 2001 já deveremos ter no Brasil, especialmente em instituições localizadas no Rio de Janeiro, cópias em microfimes e em CD-Rom's de praticamente toda a documentação sobre a América portuguesa depositada no Arquivo Ultramarino, inclusive os códices e a cartografia, que significa passarmos a ter aqui, e com total facilidade de acesso e com possibilidade de reprodução, o universo documental mais substantivo das fontes sobre a História do período colonial. Com isso, eximindo-se de deslocar-se pessoalmente àquela instituição, o pesquisador poderá (e esperemos que o faça!) voltar suas vistas para outros ricos repertórios de documentos históricos, alguns dos quais praticamente intocados ou pouco consultados, existentes tanto em Lisboa, como em outras cidades portuguesas (Porto, Coimbra, Évora, Braga...). Além disso, penso que já é hora de explorar exaustivamente os acervos dos arquivos de antigas casas senhoriais, que, em parte, ainda se encontram de posse dos herdeiros dos administradores e outras personalidades que atuaram e que tiveram alguma forma de presença no processo histórico colonial brasileiro. Nesse caso, é óbvio, não estou pensando em compulsar tais fundos com vistas somente a estudos de natureza biográfica, mas sim e principalmente, para a análise da ação administrativa exercida por esses agentes. Por conseguinte, julgo que o primeiro passo para quem está se iniciando nesse fascinante empreendimento é o de se obter uma visão, mesmo que panorâmica, a respeito do acervo dos arquivos portugueses. Ressalvo, porém, que, no essencial, a documentação em causa é de cunho predominante e eminentemente político-administrativo, aí, naturalmente, incluídos os aspectos econômicos e tributários. Para as histórias social e cultural, e para ficar apenas em dois ou três exemplos, exceção feita aos acervos da Inquisição, da Mesa de Consciência e Ordens e da Real Mesa Censória, creio que o fundamental da documentação deve ser pesquisado em instituições brasileiras.

6) *No Brasil, as comemorações não estimularam a publicação de obras significativas sobre o tema nem a organização de eventos acadêmicos relevantes, como colóquios e congressos. Você concorda com essa opinião ?*

Concordo parcialmente. Grosso modo, sua afirmativa é correta. No entanto, como de se supor, há, meritorias exceções às lacunas que assinalou. No âmbito das publicações, e para ficar apenas em um exemplo, lembraria a coletânea *Intérpretes do Brasil* superiormente coordenada por Silviano Santiago (Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 3v.). No que se refere a textos propriamente ditos sobre os 500 Anos, aí incluídos os anais de simpósios alusivos àquelas comemorações, e consciente do risco inerente à generalização de qualquer juízo de valor do meu ponto de vista, tanto a quantidade quanto sobretudo a qualidade deixaram a desejar. Talvez, tenhamos pecado por um certo proselitismo e tendenciosidade, sem falar de equívocos metodológicos perpetrados na abordagem da temática. Em contraposição, a meu ver, é curioso verificar-se que, na esfera de artigos para revistas especializadas ou para edições jornalísticas especiais e nas entrevistas para periódicos de grande circulação, os historiadores brasileiros, em geral, demonstraram forte discernimento crítico sobre a questão. Assim, é de se lamentar que esses atores não tenham emprestado maior fôlego, extensão e verticalidade a suas intervenções e aos seus trabalhos sobre a matéria aqui considerada.

7) *Na minha opinião, a publicação do Inventário dos Manuscritos Avulsos do Arquivo Ultramarino e a edição do CD-Rom, com a cópia dos documentos, é um marco para as pesquisas a respeito de Minas Colonial. Gostaria que você comentasse a respeito do surgimento desse projeto e das dificuldades enfrentadas.*

Antes de mais nada, agradeço as elogiosas referências a esse trabalho que tive a ventura e o privilégio de coordenar. Em segundo lugar, peço-lhe licença para fazer um reparo que me parece fundamental diante do fato de o referido *Inventário* estar sendo quase

sempre veiculado como um produto, ou seja, como uma espécie de primeiro resultado concreto do prestigioso *Projeto Resgate*. Faça-se justiça! O trabalho que deu origem à elaboração do *Inventário* precede em vários anos ao advento do *Projeto Resgate*. Se me permite a imodéstia, aquele serviu de cartão de visita, de uma espécie de passaporte para a implementação deste. Com efeito, o trabalho de tratamento técnico da documentação manuscrita avulsa relativa a Minas Gerais depositada no Arquivo Histórico Ultramarino teve como ponto de partida a utópica vontade de democratizar o acesso aos acervos documentais sobre o Brasil-Colônia existente em Portugal. Nisso não há nenhuma originalidade da minha parte. Desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, esse propósito vem sendo perseguido. Quanto a mim, imaginei que pudesse caminhar nessa direção restringindo meu campo de interesse à documentação respeitante a Minas Gerais. Para tanto, desde 1972, quando estive em Portugal por seis meses, procurei coletar dados e informações que me permitissem “mapear” o universo dos arquivos que respondessem ao meu desiderato. Para minha desagradável surpresa, não havia um guia impresso que pudesse servir para o início da empreitada. Assim, pus-me a elaborá-lo. O resultado, pronto em 1973, foi publicado em 1975, sob forma de artigo, no número 101 da *Revista de História*, de São Paulo. Posteriormente, e por duas vezes, revisto e ampliado, transformou-se em um opúsculo (cf. *Roteiro sumário de arquivos portugueses de interesse para o pesquisador da História do Brasil*). Em simultâneo, e a partir de outras visitas *in loco*, fui arquitetando o meu projeto. Em 1979, publiquei, através do então Conselho Estadual de Cultura, uma primeira versão das *Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*. Julguei, então, que o passo seguinte era conseguir meios para debruçar-me sobre a massa documental em questão, consciente de que essa seria, como foi, uma tarefa gigantesca e só poderia ser executada em equipe. A oportunidade surgiu quando, em 1988, delineavam-se as comemorações dos 200 Anos da Inconfidência Mineira. Nessa altura, pleiteie e obtive auxílio financeiro do CNPq conseguindo contratar em Lisboa uma pequena e heterogênea equipe de trabalho que, com numerosos óbices e contratemplos, deu cabo do trabalho ao longo de três anos. As fichas foram todas digitadas em banco de dados na PUC/Minas e, como se

sabe, em 1998, foram publicadas sob forma do citado *Inventário*. Antes disso, por solicitação do Ministério da Cultura do Brasil, tais fichas-verbetes foram cedidas àquele órgão para subsidiarem, como sinalética técnica, a microfilmagem do acervo em pauta. Dos microfilmes se fizeram os CD-rom's e, assim, por diante. “Dificuldades enfrentadas”?! Foram muitas e das mais variadas espécies. Penso que não vale a pena *ressuscitá-las*. Hoje, à distância, confesso-lhe que, apesar dos pesares, guardo de todo aquele trabalho as mais ternas lembranças e a íntima e agradável sensação de ela ter-me proporcionado um marcante crescimento profissional e uma salutar convivência com os meus colaboradores de então, eles, sim os verdadeiros artífices da obra.

8) *E a documentação inquisitorial? Algum dia ela será alvo de um projeto semelhante ao do “Resgate”?*

Sim. Na realidade, a documentação relativa à Inquisição de Lisboa, na qual se inserem os processos relativos aos réus procedentes da América portuguesa, que se encontra armazenada nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, não apenas integra a proposta de microfilmagem desenvolvida pelo *Projeto Resgate*, como, neste momento, está prestes a ter os seus trabalhos iniciados. Ocorre que, como é por todos sabido, aquele fundo se compõe de algumas dezenas de milhares de *dossiers* e, nesse caso, torna-se imprescindível a definição prévia de critérios para a implementação das mencionadas atividades. Não tenho envolvimento com a questão, mas tanto quanto estou informado, posso afirmar que essa é uma das atuais prioridades do *Resgate*. Torçamos para que ela se torne factível! E o quanto antes!

9) *Por fim, gostaria de saber quais são seus planos de pesquisa atuais.*

O fato de ter-me aposentado na UFMG em 1994 e de, mais recentemente, ter assumido encargos administrativos de maior responsabilidade na PUC.Minas, para meu desassossego, de alguma forma, afasta-me da pesquisa histórica. Por ora, dedico-me tão somente à elaboração de trabalhos de curta dimensão e de reduzida demanda de investigação. Em contrapartida, nos últimos anos, na seqüência do trabalho de tratamento técnico da documentação de Minas Gerais e, agora, ao abrigo do *Projeto Resgate*, após coordenar as etapas anteriores, dedico-me a finalizar idêntica operação no que tange aos fundos arquivísticos respeitantes ao Extremo Norte da Colônia, isto é, ao Rio Negro (Amazonas), ao Pará e ao Maranhão também pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Trata-se de uma tarefa muito mais alentada. Felizmente, ela já se encontra praticamente pronta. Os catálogos relativos ao Rio Negro e ao Maranhão foram encaminhados para publicação e tudo indica que ainda neste primeiro semestre de 2001 deverão estar impressos e disponíveis para consulta. Os microfilmes respectivos já se encontram concluídos. Quanto ao Pará, em Lisboa está sendo finalizada a cotação (numeração) definitiva dos documentos. É atividade para mais um ou dois meses apenas. Em Belo Horizonte, neste momento, procuro fazer a revisão final dos índices onomástico, ideográfico e toponímico, a fim de, o quanto antes, poder entregar o resultado ao Governo do Pará, que prometeu publicar o catálogo ainda no corrente ano. Tão logo termine esse trabalho, pretendo dedicar-me prioritariamente à elaboração de um texto sobre a comercialização de livros de Portugal para o Brasil entre 1750 e as primeiras décadas do século XIX. Disponho de considerável documentação primária, em grande parte inédita, que compilei em Portugal. Não se trata de estudo sobre o conteúdo de bibliotecas ou sobre as *leituras* desenvolvidas pelos colonos. O que tentarei analisar é uma vasta gama de livreiros (não apenas franceses) e de intermediários que, nas praças portuguesas, responsabilizavam-se pelo fluxo contínuo e intenso da circulação de livros remetidos à Colônia. Secundariamente, e há anos, recolho elementos que possam subsidiar a elaboração de um curto ensaio, sobretudo biográfico, que

tenho esboçado e que sempre desejei escrever sobre o autor extraordinário que foi José João Teixeira, cuja grafia mais conhecida, no entanto, acrescenta-lhe Coelho ao sobrenome.